



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 196

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	
— 1ª Região .....	24901
— 2ª Região .....	24916
— 4ª Região .....	24922
— 5ª Região .....	24936
BOLETIM DA JUSTIÇA FEDERAL	
— Seção Judiciária do Distrito Federal (1ª Região) .....	24945
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO .....	24960
TRIBUNAL MARÍTIMO .....	24977
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS ..	24977
— Expediente Forense .....	25011
EDITAIS E AVISOS .....	25031

### VISITA DO PAPA JOÃO PAULO II AO BRASIL

#### AVISO CIRCULAR Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1991(\*)

Excelentíssimos Senhores Ministros e Dirigentes de Órgãos vinculados à Presidência da República,

Tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, constante da E.M. nº 120, de 27.09.91, publicada no *Diário Oficial da União* de 02.10.91, comunico a Vossas Excelências que deverá ser adotado o seguinte esquema de funcionamento das repartições públicas federais da administração direta, autárquica e fundacional por ocasião da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil, no período de 12 a 21 de outubro do corrente ano:

- I — No Distrito Federal
  - Dia 14.10, segunda-feira: expediente das 8 às 14 horas;
  - Dia 15.10, terça-feira: ponto facultativo;
- II — Em outras cidades, incluindo as respectivas regiões metropolitanas:
  - São Luís-MA, dia 14.10, segunda-feira: ponto facultativo;
  - Goiânia-GO, dia 15.10, terça-feira: expediente das 8 às 12 horas;
  - Cuiabá-MT, dia 16.10, quarta-feira: ponto facultativo;
  - Campo Grande-MS, dia 17.10, quinta-feira: ponto facultativo;
  - Florianópolis-SC, dia 18.10, sexta-feira: ponto facultativo;
  - Salvador-BA, dia 21.10, segunda-feira: início do expediente às 10:30 horas.
2. Solicito de Vossas Excelências que sejam adotadas providências relativas à divulgação do esquema indicado e à manutenção do funcionamento dos serviços considerados essenciais.

CARLOS MOINEIRA GARCIA  
Secretário da Administração Federal

(\*) Publicado no DOU, Seção I, de 07.10.91, página 21763.

N. da Direção: Dia 14/out. — Das 07h30 às 14h00 — Recebimento de Matérias para publicação nos DIÁRIOS OFICIAIS E DIÁRIOS DA JUSTIÇA.

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### ÍNDICE DE AVOGADOS

CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	1 0004603-2/240
GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR	1 0000368-8/400
ILDEFMAR ERGER	1 0000444-6/010
JOSE GUILHERME VILLELA	1 0000520-1/170
TULIO FREITAS DO EGITO CUELHO	1 0021399-0/160

#### DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA DECIMA SEGUNDA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRA-ORDINÁRIA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1991, PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI (AKT. 37, 1.º RISTEF).  
AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEQUENTES FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

ACDP 0000444-6/010 SC  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
AUTOR : ESTADO DE SANTA CATARINA  
ADV. : ILDEFMAR ERGER  
REV. : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IPGE  
LIT.ATIV.: ESTADO DO PARANÁ  
LIT.ATIV.: ESTADO DE SÃO PAULO

CP 0005954-0/080  
JUST.ORG.: TRIBUNAL DE GRANDE INSTÂNCIA DE LYON  
REDDO : FABRICE DREYARD  
DILIG. : CITACAU  
REGISTRADO

HC 0048943-1/130 SP  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
IMPT. : MARCOS RIBEIRO DE FREITAS E OUTRO  
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PACTE : USMAR DOS SANTOS MOTA

HC 0068995-7/130 SC  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
IMPT. : MANOEL CUNHA LACERDA E OUTRO  
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PACTE : ABDUL ANTONIO RIVERA E OUTRO

MS 0021399-0/160 PR  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
IMPT. : JOAO ANTONIO GONCALVES DE MOURA  
ADV. : TULIO FREITAS DO EGITO CUELHO  
IMPT. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO  
LIT. PASS.: PEDRO RIBEIRO TAVARES

PET 0000529-1/170 SP  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
ROTE : SERAFIM RODRIGUES DE MORAES E CONJUGE  
ADV. : JOSE GUILHERME VILLELA E OUTROS  
RODDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SE 0004603-2/240  
REOTE : PAULO MARTINEZ MEDEIROS  
ADV. : CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS  
REDDO : EVA PEDRA DOS SANTOS  
REGISTRADO

MT 0000368-8/400 SP  
RELATOR : MIN. PAULO PROSSARO  
IMPT. : COMERCIAL AGRÍCOLA TATUYA LTDA  
ADV. : GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR E OUTROS  
IMPT. : CONGRESSO NACIONAL

PPEYD 0000100-2/420  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
REOTE : GOVERNO DA SUÍÇA  
REDDO : LUIS SERAFIN TOPRES MORENO

ADIN 0000597-9/600 RJ  
RELATOR : MIN. PAULO PROSSARO  
REOTE : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REDDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
MIN. NERI DA SILVEIRA		3		3
MIN. PAULO PROSSARO		2		2
MIN. CARLOS VELLOSO		2		2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>8</b>		<b>10</b>



NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....PHODE PUMBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASILIA 04 DE OUTUBRO DE 1991.

MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI  
PRESIDENTE

INDICE DE ADVOGADOS

ALFREDO ANTONIO GULART SADE	1 0000435-2/260
GASTAO DE BEM	1 0000598-7/600
IVAN RIBEIRO DE LIMA	1 0000600-2/600

DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA DECIMA TERCEIRA AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRA-ORDINARIA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

SS 0000434-4/260 DF  
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
REQDO. : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA  
IMPT. : JOAO NUGUEIRA E OUTROS  
IMPT. : MARTA TEREZA RODRIGUES DA CUNHA SOARES SILVA E OUTROS  
IMPT. : MARTA ROSA DE SIQUEIRA  
IMPT. : ELISABETE FERREIRA VIEIRA  
REGISTRADO

SS 0000435-2/260 PA  
REQTE. : ESTADO DO PARA  
ADV. : ALFREDO ANTONIO GULART SADE  
REQDO. : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA  
IMPT. : NESTOR SERGIO LÓBO NUBRE E OUTROS  
REGISTRADO

ADIN 0000598-7/600 TU  
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD  
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS  
ADV. : GASTAO DE BEM E OUTRO  
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS  
REQDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

ADIN 0000600-2/600 DF  
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
ADV. : IVAN RIBEIRO DE LIMA E OUTROS  
REQDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA  
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN  
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604 — Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356 DIMN BR  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 16.434,00	Cr\$ 8.118,00	Cr\$ 29.766,00	Cr\$ 16.434,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/339/314/317/328/325/308  
Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REGISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. PAULO BROSSARD		1		1
MIN. MARCO AURELIO		1		1
TOTAL	2	2		4

NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....PHODE PUMBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASILIA, 07 DE OUTUBRO DE 1991.

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
PRESIDENTE

Plenário

Ata da 25ª (vigésima quinta) sessão ordinária, realizada em 25 de setembro de 1991.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

JULGAMENTOS

ADIn 274-1 - PE

Rel. Min. Octavio Gallotti. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Adv.: Pedro Gordilho).

Decisão: Após o voto do Relator, julgando improcedente a ação, pediu vista dos autos o Ministro Ilmar Galvão. Falou pelo Ministério Público federal o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga e pela requerida o Dr. Pedro Gordilho. Plenário, 25.09.1991.

Ext. 507-3 - República Argentina

Rel. Min. Néri da Silveira. Reqte.: Governo da Argentina. Extdo.: Hugo Rodolfo Zito.

Decisão: Após o voto do Relator, deferindo a extradição, com ressalva constante de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Ilmar Galvão. Falou pelo extraditando, o Dr. Mário Ani Cury Filho. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Celso de Mello. Plenário, 11.09.1991.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal deferiu a extradição, sem ressalva, vencidos, em parte, os Ministros Relator, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Paulo Brossard, que a deferiam, com ressalva, quanto à prisão perpétua. Votou o Presidente. Plenário, 25.09.1991.

ADIn 578-2 - RS - medida liminar

Rel. Min. Paulo Brossard. Reqte.: Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Adv.: Gabriel Pauli Fadel e outro). Reqdos.: Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal deferiu medida cautelar, para suspender a eficácia do § 1º do art. 213 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, da Lei nº 9.233, de 13.02.1991 (arts. 1º a 29), e da Lei nº 9.263, de 05.06.1991, ambas do mesmo Estado. Votou o Presidente. Plenário, 25.09.1991.

AR 1.178-3 - DF

Rel. Min. Marco Aurélio. Revisor - Ministro Ilmar Galvão. Autor - Paulo Salim Maluf (Adv. Fernando Neves da Silva e outro). Réus - Vergílio Egydio Lopes Enei (Adv.: em causa própria) e Município de São Paulo (Adv.: Carlos Robichez Penna e Theóphilo Queiroz Cruz). Litisconsorte Ativo - Armando Simões Netto (Adv.: Fernando Neves da Silva).

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal rejeitou a preliminar de decadência. Votou o Presidente. No mérito, após o voto do Relator, julgando procedente a ação, o Ministro Ilmar Galvão, revisor, indicou adiamento. Impedidos os Ministros Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Moreira alves. Falou, pelo autor, o Dr. Fernando Neves da Silva. Plenário, 25.09.1991.



Na revista, sugere a reclamada ofensa ao art. 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal, referindo-se também ao art. 46, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - sem, contudo, apontar, expressamente, malferidos os dispositivos constitucionais supracitados.

A decisão regional foi no seguinte sentido:

"A Lei 6024/74 não se aplica às relações trabalhistas. O crédito trabalhista é privilegiado, sobrepondo-se aos tributários e outros (art. 186 do CTN).

Quanto aos acessórios, já eram previstos pelos Decretos-Leis 2278/85 e 2284/86, e Enunciado-TST-284. Mais recentemente, o art. 46 das Disposições Transitórias da Carta Magna, ao contrário do entendimento do agravante, determina o seu computo.

O Enunciado-TST-185 foi derogado pelo de nº 284, em sua totalidade.

O Decreto-Lei 2322/87 autoriza o computo de juros, sendo que a partir de 26.2 (vigência) o percentual é de 1% (um por cento)" (fls. 49).

Mesmo que se entendesse apontados como violados os preceitos constitucionais referidos, impossível seria vislumbrar-se tal violação, que há de ser literal, já que a matéria possui natureza eminentemente interpretativa.

Efetivamente, o apelo extraordinário esbarra no Enunciado nº 266.

Assim, nos termos do § 5º do art. 896, consolidado, com a redação que lhe foi dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo com base no Enunciado nº 266.

Brasília, 04 de outubro de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

#### PROCESSO Nº TST-AI-31463/91.3 - 3ª Região

AGRAVANTE : SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

ADVOGADA : DRA. CONCEIÇÃO GERALDA SILVA

AGRAVADO : DR. JOSÉ ALMEIDA DAS GRAÇAS

#### DESPACHO

O r. despacho de fls. 61/62 denegou seguimento à Revista da Empresa, sob o fundamento de que, em relação ao tema das horas extras, o Regional agiu em perfeita consonância com o disposto no art. 131, do Código de Processo Civil, entendendo, ainda, incidirem, no caso, os Enunciados 297, 296 e 126 da Súmula.

Irresignada, agrava de instrumento a Superintendência de Limpeza Urbana (fls. 2/3), alegando que os arestos colacionados atestam indubitavelmente ocorrer a divergência jurisprudencial invocada.

O Egrégio 3º Regional, pelo Acórdão de fls. 53/55, assevera em sua ementa, verbis:

"CARTÕES DE PONTO - PROVA TESTEMUNHAL - VALOR - Se a despeito de estar assinalado nos cartões de ponto que o obreiro tinha uma hora disponível para refeições e descanso, a prova testemunhal elucida a questão de modo a negar tal registro, deve prevalecer a prova testemunhal, eis que a melhor a espiar a realidade dos fatos" (fl. 53) (grifamos).

Em suas razões de Revista (fls. 56/60), afirma a Empresa que "ao Recorrente-empregador cumpre exibir o controle que lhe impõe a lei (art. 74, § 2º, da CLT)" (fl. 57). Sustenta que "não pode, in casu, prevalecer a simples prova testemunhal, sobre a documental, ou seja, cartões de ponto, apresentados pela Recorrente, sem nenhuma ressalva" (fl. 58).

Insiste, ainda, em que "não há falar em hora extra, em horário de almoço, e, em havendo trabalho nesse horário, não poderia ser computado como extra, pois trata-se de infração administrativa (Enunciado 88/TST), sendo que as horas extras eventualmente prestadas pelo motorista foram devidamente ressarcidas pela Empresa (fl. 59). Acosta arestos à divergência.

Constata-se que o Egrégio 3º Regional decidiu com fundamento em provas acostadas aos autos, vez que a matéria discutida é de natureza eminentemente fática. Inviável, portanto, sua reapreciação nesta fase processual, a teor do Enunciado 126 da Súmula, o que afasta de plano a divergência invocada. Ademais, o v. Acórdão recorrido conferiu razoável interpretação à matéria veiculada nos autos, ataindo a incidência do Enunciado 221 desta Corte.

Denego seguimento ao apelo.  
Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 1991.

Ministro ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
Relator

#### Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 15, DE 07 DE OUTUBRO DE 1991(\*)

O Ministro JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

RESOLVE designar as Bacharelas MARIA CRISTINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA e CECÍLIA MARIA DA COSTA E SILVA, Assessoras, e LEILA LIMA BORGES, Chefe de Serviço desta Corregedoria Geral, para auxiliarem na CORREÇÃO PERIÓDICA ORDINÁRIA a realizar-se no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no período de 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) de outubro corrente.

(\*) - Republicada em face da alteração do número de auxiliares.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATOS DE 04 DE OUTUBRO DE 1991

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento interno, e

Considerando o disposto no artigo 96 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, que dispõe sobre a remuneração dos Servidores Militares Federais das Forças Armadas;

Considerando a expressa revogação do conteúdo no "caput" do artigo 3º da Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960, com a redação dada pelo artigo 29 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, nos termos do artigo 102 da referida Lei nº 8.237, de 1991;

Considerando, ainda, a orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União, no Processo nº 16.948, de 1980, em resposta à consulta formulada pelo Ministro-Presidente deste Tribunal sobre a situação dos Magistrados e Servidores Cíveis da Justiça Castrense, quando detenham a qualidade de contribuintes da pensão militar; resolve:

Nº 9.570 Art. 1º - Determinar que, a partir de 1º de outubro de 1991, a contribuição para a Pensão Militar seja igual a dois dias do vencimento básico, acrescido da respectiva Representação Mensal, arredondado em cruzeiros para a importância imediatamente superior.

Art. 2º - Revogar o Ato nº 9.512, de 30 de agosto de 1991.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 692, de 01 OUT 91, resolve

Nº 9.571 DISPENSAR a Atendente Judiciária, classe "A", referência NI-25, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, EDNA APARECIDA DA SILVA, do encargo de Operador de Terminal, que exerce junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 692, de 01 OUT 91, resolve

Nº 9.572 DESIGNAR, a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI-35, CREMILDA FRANÇA DA SILVA, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente da dispensa da Atendente Judiciária Edna Aparecida da Silva, o encargo de Operador de Terminal, previsto no Ato nº 7.990/87, junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos

##### PAUTA Nº 121

- APELAÇÃO Nº 46.485-0 - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advª Drª Tânia Sardinha Nascimento.
- APELAÇÃO Nº 46.427-1 - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Wilberto Luiz Lima. Adv Dr Walter Jobim Neto.
- APELAÇÃO Nº 46.473-7 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advª Drª Benedita Marina da Silva.
- APELAÇÃO Nº 46.368-2 - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Jorge José de Carvalho. Adv Dr Emerson Ernani Woyceichoski.
- APELAÇÃO Nº 46.401-0 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advª Drª Suely Pereira Ferreira.

## AVISO

A Imprensa Nacional

possui espaços próprios para eventos culturais

Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos

pelo fone: 321-5566 - R.: 208 e 124.

ou no SIG - Quadra 6 - Lote 800 - CEP 70.604 - Brasília - DF



## Editais e Avisos

Superior Tribunal de Justiça

Secretaria Judiciária

Subsecretaria da Primeira Seção

Divisão de Apoio a Julgamentos

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL

Faço público, para o conhecimento dos interessados que a Primeira Seção deste Tribunal, fará realizar **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** no dia 11 de outubro de 1991, **SEXTA-FEIRA**, a partir das 9:00 horas, para julgamento de processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

Brasília, 8 de outubro de 1991

MINISTRO PEDRO ACIOLI  
Presidente da Primeira Seção

## AVISO

A Imprensa Nacional

possui espaços próprios para eventos culturais

Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos

pelo fone: 321-5566 — R.: 208 e 124.

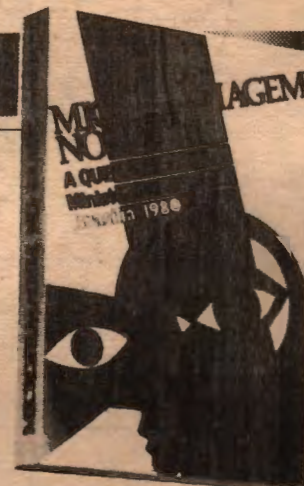
ou no SIG — Quadra 6 — Lote 800 — CEP 70.604 — Brasília — DF

## Microfilmagem no Brasil

|||► *A questão legal* ◄|||

Edição do Ministério da Justiça,  
preparada pela Imprensa Nacional,  
trazendo legislação, propostas  
e sugestões acerca do microfilme.

Aquisições: Imprensa Nacional  
Não operamos com reembolso postal.



## PARECERES DA CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Informações: Seção de Divulgação da IN.

Fones: (061) 226-2586 e 321-5566 — R. 309 e 305

## COLEÇÃO OBRAS DE RUI BARBOSA

Seis títulos versando sobre os mais variados temas, entre os quais a *Embaixada a Buenos Aires*, *Questão Minas x Werneck* (2 Tomos), *Discursos Parlamentares e Trabalhos Jurídicos*.

Aquisições: Imprensa Nacional.

SIG — Quadra 06 — Lote 800 —  
CEP: 70604 — Brasília/DF. Informa-  
ções: Seção de Divulgação da IN. Fones:  
(061) 321-5566 R. 305, 309, 325 ou 328;  
226-6812.

Não operamos com reembolso postal.

## OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XLIX 1922  
TOMO I

O CASO DA SÃO PAULO  
NORTHERN RAILROAD COMPANY

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA  
Rio de Janeiro